

Adusp

INFORMATIVO
Universidade de São Paulo

Associação dos Docentes

Data-base 2008 : com a palavra, o Cruesp

No dia 3/4/08 o Fórum das Seis protocolou a nossa pauta de data-base que inclui, entre outros pontos:

- Volta ao salário real de maio 2001 (o maior deste milênio) mais a parcela fixa de R\$ 200, que será proporcional ao regime e jornada de trabalho de profes-

res e funcionários;

- Dotação orçamentária específica para garantir políticas efetivas de permanência estudantil;

- Defesa da autonomia das universidades estaduais, com a manutenção da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

- Democratização da estru-

tura de poder nas universidades e no Centro Paula Souza;

- Aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral - 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza;

- Incorporação imediata de funcionários e profes-

res da Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP) aos quadros da USP, com aporte de adicionais 0,07% do ICMS, conforme compromisso assumido pelo governo Alekmin.

A íntegra da pauta encontra-se na página da Adusp (www.adusp.org.br).

O crescimento do ICMS

em 2007, que prossegue em 2008, fornece condições favoráveis para conquistas importantes para professores, estudantes e funcionários. Veremos qual a real disposição de diálogo que o Cruesp trará para a mesa de negociação. Ou será que irão precisar de um “empurrãozinho”?

Pensar a Universidade

V Congresso acontece na última semana de maio

Fruto da luta contra o ataque do governo Serra à autonomia das universidades estaduais, foi conseguida, em acordo com a Reitoria, a suspensão das aulas na última semana de maio, uma oportunidade ímpar para que professores, estudantes e funcionários debatam os rumos do trabalho acadêmico e a atual estrutura administrativa e de exercício de poder, realizando o V Congresso da USP. Uma comissão formada por nove funcionários, nove estudantes e nove professores está trabalhando na preparação do Congresso. Os representantes dos professores foram escolhidos na última assembleia da Adusp.

Algumas observações preliminares indicam a necessidade e a urgência desse debate. Será que tudo vai bem?

A atividade de ensino, uma das mais fundamentais da universidade, tem sido progressivamente desvalorizada. Não só passou a ter pouca, ou até nenhuma, importância no progresso da carreira docente, como passou a ser considerada um empecilho para as outras

atividades acadêmicas. Na graduação, são frequentes salas com mais de uma centena de estudantes. Será este o ambiente adequado para a discussão crítica de conteúdos e para possibilitar a apropriação individual, pelos estudantes, desses conteúdos?

Heteronomia

A intensidade de nosso trabalho aumentou brutalmente, enquanto a capacidade de efetivamente intervir nas decisões acadêmicas diminuiu na mesma proporção. A vida acadêmica virou uma sucessão de cumprimento de prazos. Relatórios, papelada sem fim, repetição constante das mesmas informações, despersonalização das relações com a estrutura administrativa da universidade e das agências de fomento. Cada um de nós pode, certamente, aumentar esta lista. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre a natureza e destinação do trabalho acadêmico foi remetida para fora de seu escopo, apropriada por uma casta de gerentes, violando-se uma das bases fundamentais da reflexão crítica, que é a atribui-

ção de pensar-se a si mesma, de contextualizar histórica e socialmente sua existência, debater os modos e as instituições onde deveria prosperar. Aprofunda-se a heteronomia, instrumento de domesticação e dominação da imaginação criativa que origina a produção e discussão de saberes. Não surpreende o desencanto crescente de vários colegas com o estado atual da universidade. Muitos contam os dias para aposentar-se, uma perda social inestimável. Não queremos trabalhar menos. Queremos, sim, poder trabalhar melhor!

Será que é a Capes que deve determinar se nossa atividade de pesquisa está adequada? Muitos são os exemplos de cumprir critérios e, apesar disso, ter sua “nota” reduzida. A que interesses isto serve? Certamente não aos do desenvolvimento acadêmico brasileiro. Aliás, a autonomia da universidade não exigiria que possuísse recursos para financiar pelo menos uma parte da pesquisa, diminuindo

continua na p. 3...

**Plebiscito para mudança
do Estatuto da Adusp
8 a 11 de abril**

Assembleia da Adusp aprova mudança de estatuto

Até o fechamento desta edição tínhamos contabilizado 328 associados como participantes das diversas seções da Assembleia de modificação estatutária. Com o quorum de 10% dos associados atingido, foram aprovadas as modificações para adequar o estatuto da Adusp ao novo Código Civil. O texto aprovado passa agora por Plebiscito a ser realizado de 8 a 11 de abril de 2008, com urnas nas unidades e na sede da Adusp.

6ª Etapa

Continuamos acompanhando o desenrolar da 6ª etapa dos concursos de efetivação. Até o momento fomos informados que houve problemas na ECA, no ICB e no Museu de Zoologia-IB. A assessoria jurídica da Adusp tem dado orientação aos colegas sobre como proceder. Lembramos, mais uma vez, que é possível recorrer de bancas formadas pela Congregação.

Suplicy, Valente e Callegari criticam reforma tributária

Daniel Garcia

No debate “Reforma tributária e o financiamento da educação”, realizado pela Adusp com apoio de outras entidades em 28/3, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) e o ex-deputado estadual César Callegari avaliaram os impactos na educação da atual proposta de reforma tributária feita através de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional).

Os três debatedores criticaram a PEC por sua neutralidade e avaliaram seus impactos negativos na educação. Para Callegari, “esta não é uma reforma tributária que tem a educação entre seus pontos primordiais”.

Entre os objetivos da atual proposta, os debatedores citaram a simplificação e a racionalização dos tributos. “Isso aí tudo bem, todo mundo concorda”, disse Ivan Valente, “mas é preciso atacar o problema da desigualdade”. Segundo ele, “a carga tributária no Brasil não é grande, ela é injusta. Em uma cesta de países europeus mais os EUA, a carga tributária é em média de 53%. A brasileira não chega a 35%. O que se tributa no Brasil é o consumo e a renda. Não se tributa patrimônio, riqueza, o capital financeiro”.

Salário-educação

O fim do salário-educação – contribuição social de 2,5% da folha de pagamento das empresas – foi destacado como ponto negativo da PEC. Ele gera cerca de R\$ 8 bilhões anuais, que financiam merenda escolar e livros didáticos, entre outros. As perdas com a extinção do salário-educação seriam compensadas com a destinação de parte do IVA (imposto que substituiria Cofins, PIS e Cide) para a educação. No entanto, além de não haver garantias dessa destinação, Callegari explicou que a

LDB determina que o financiamento da merenda escolar não deve ser feito por impostos, mas por outros tributos.

Outra mudança: o ICMS seria tributado não mais na origem, mas no destino. Essa medida seria positiva ao reduzir a “guerra fiscal” entre os Estados e porque muitos deles “terão mais receitas, portanto melhor para a educação”, disse Suplicy. Por outro lado, “os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, entre outros, vão perder receitas”, avaliou o senador. Ele questionou se o valor dos recursos provenientes do modo atual de cobrança do ICMS será assegurado para a educação de São Paulo com a reforma tributária. A PEC criaria um fundo de compensação para amenizar as perdas, mas os debatedores duvidam da efetividade desse fundo.

Callegari centrou suas críticas na manutenção da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Criada em

1994, a DRU permite ao governo federal deduzir 20% de qualquer arrecadação, sem necessidade de justificar a aplicação desses recursos. Deste modo, os 18% da receita tributária da União que constitucionalmente devem ser aplicados em educação “têm se transformado, todos os anos, em 14,4%”. Cálculos do Ministério da Educação mostram que a DRU já gerou perda de R\$ 100 bilhões de recursos para a educação. Para Callegari, a reforma tributária “seria uma grande oportunidade” para acabar com a DRU.

Financiamento

Em 1998, entidades da sociedade civil enviaram ao Congresso um Plano Nacional de Educação (PNE) que estipulava investimentos públicos de 10% do PIB em educação pública. Em 2001, o Congresso aprovou a destinação de recursos públicos da ordem de 7% do PIB, mas esse dispositivo



Callegari, Valente, Helene e Suplicy

foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula, o veto não foi derrubado e, atualmente, os gastos públicos em educação são de cerca de 3,5% do PIB.

“A história da educação brasileira poderia ser contada como a história da fraude, da burla, da sonegação de recursos para essa área”, disse Cale-

gari. “Os governos em geral, para tentar atingir o percentual que é estabelecido na lei (18% dos impostos da União e 25% dos impostos de Estados e municípios), colocam como despesas educacionais despesas que não são da educação, não são de manutenção e desenvolvimento de ensino, como as despesas de seguridade social”.

A luta dos sem-teto

Na noite de 28/3, cerca de 2 mil famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocuparam simultaneamente três áreas no Estado de São Paulo, localizadas nos municípios de Mauá, Embu-Guaçu e Campinas. Os terrenos são latifúndios urbanos que estavam ociosos, sem cumprir sua função social, enquanto milhares de famílias sem-teto não têm seu direito à moradia digna assegurado.

No Embu também foi realizada uma marcha no dia 2/4. As famílias do Acampamento “Silvério de Jesus” dirigiram-se até a Prefeitura da cidade para exigir do prefeito Geraldo Cruz (e dos governos estadual e federal) a desapropriação da área ocupada, para que sejam construídas moradias populares. Segundo o MTST, a área

“tem dívidas milionárias com a Prefeitura”, além de estar abandonada “há mais de 30 anos, servindo apenas para desmanche de carros, estupros e desova de cadáveres”. Os sem-teto também estiveram na Câmara Municipal.

“O movimento conquistou um compromisso escrito dos vereadores, de conversar pessoalmente com a juíza encarregada do caso”, explicou Gabriel Simeone, da coordenação estadual do MTST, ao Informativo Adusp. “O prefeito assumiu o compromisso de se reunir com a Caixa Econômica Federal e a CDHU no dia 4/4”, acrescentou.

Jornada nacional

As ocupações fizeram parte de uma jornada nacional

dos movimentos populares de nove estados e envolveu 15 ocupações. De acordo com Simeone, o resultado “foi extremamente positivo. Conseguimos manter as ocupações organizadas, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo”. Em Manaus, a ocupação se manteve apesar da prisão de três trabalhadores sem-teto.

O “Manifesto Popular de 28 de março” reivindica uma “política habitacional popular baseada em subsídios, com valor adequado à realidade das metrópoles, sem o entrave burocrático e elitista dos financiamentos bancários. Que o Governo Federal desenvolva uma política nacional de desapropriações de terrenos e edifícios urbanos que não cumprem função social, des-

tinando-os às demandas populares organizadas”. Assinam o MTST e movimentos populares de vários estados (ver www.mtst.info).

Segundo a professora Maria Lúcia Refinetti, da FAU-USP, o “déficit de moradia é um tema estrutural no Brasil. Mas o acesso à terra, a um lugar na cidade é historicamente mais difícil do que a construção da moradia”. Ela explica que há inúmeros institutos jurídicos para enfrentar essa situação e disponibilizar terra para moradia, mas eles “não têm sido aplicados por entraves nos diversos níveis institucionais e jurídicos. Os movimentos por moradia pressionam como podem. As ocupações têm sido uma forma, um brado pelo direito à moradia”.

...continuação da capa

do a sua dependência das agências de fomento? Que não nos entendam mal: continuamos a defender não só a existência, como também a destinação de, no mínimo, 1% da receita de impostos para a Fapesp. Por outro lado, também seria muito desejável maior transparência nas decisões acerca da destinação desses recursos.

Financiamento

Como tudo mundo sabe, as universidades estaduais são sustentadas pelo ICMS. Um imposto indireto, não distributivo, pois é proporcional ao preço das mercadorias. Assim, paga mais imposto quem tem menor renda. Quais as chances de acesso à USP, Unesp e Unicamp daqueles que mais contribuem? Poucas ou nenhuma. Algo está (muito) errado. Concebemos a Educação como direito de todos e dever do Estado, sendo portanto imperioso que tenhamos ampliação significativa de vagas, cuidando para que sejam da melhor qualidade. Mas onde está a “vontade política” de fazer com que este direito possa de fato ser exercido? Ou será que é obrigação da população paulista e brasileira financiar uma instituição pública em uma sociedade que se diz republicana, que formará quadros que ou a desconsideram de todo, ou tratam-na como massa de manobra para manter o padrão de desigualdade social e econômica vigente no Brasil? “Ora, podemos cobrar dos ricos!” Seria legítimo perguntar por quê cassar o direito dos ricos ao acesso à Educação Pública e Gratuita. Melhor seria aumentar os impostos sobre a renda (em que país organizado a maior alíquota de Imposto de Renda é 27,6%?), competindo às políticas públicas a garantia de todos ao exercício da cidadania e de direitos fundamentais. Não

seria papel de uma universidade pública entrar decisivamente neste embate, defendendo a Educação Pública como um todo, lutando para garantir políticas efetivas de permanência estudantil, de defesa da Educação Fundamental, Média e Tecnológica e de ampliação significativa de vagas nas universidades públicas? De indignar-se com a sonegação de impostos?

Democratização

A atual estrutura de poder da USP tem-se mostrado ou incompetente ou conivente com este estado de coisas. Todo mundo sabe que, com raras exceções, quem quiser ocupar um cargo de direção “X” é bom providenciar tornar-se “vice-X” o mais rapidamente possível. Está mais para capitania hereditária do que para instituição pública em uma república.

Torna-se urgente transformar o modo de agir e decidir da universidade, colocando nas mãos daqueles que fazem o trabalho acadêmico as decisões políticas estruturais de condução da universidade. Buscar a representação efetiva de professores, estudantes e funcionários, que possam fazer com que a USP torne-se pública em seu funcionamento, na destinação da sua produção. Uma direção capaz de assegurar a necessária convivência, na universidade, das mais diversas visões de mundo; e de integrar, de fato, ensino, pesquisa e extensão com sua responsabilidade de contribuir para a compreensão crítica da sociedade na qual está inserida.

Na última semana de maio de 2008 (40 anos de maio de 1968!) teremos o V Congresso da USP. Consideramos uma obrigação nossa tentar legar, por todos os meios legítimos, uma universidade pública bem melhor do que aquela na qual hoje trabalhamos.

Aposentadas, mas ativas e informadas

Daniel Garcia

Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon, professora aposentada da Faculdade de Educação da USP, não gosta da denominação formal de “professora inativa”. “Eu me considero aposentada, porém não inativa. Aliás, eu costumo dizer que viver não é estar respirando em bomba de oxigênio, mas agir. Eu estou aposentada, mas estou viva, e de qualquer maneira estou ligada à universidade porque foi meu trabalho, minha vida”, diz Beatriz, que se aposentou em 1992 mas mantém sua participação em bancas examinadoras de pós-graduação na USP — e continua filiada à Adusp.

Segundo a professora da FE, é muito importante estar filiada para receber orientações do sindicato da categoria: “De repente, posso ter o problema de não saber alguma coisa, de haver algo que não tenha caminhado bem,

de existir alguma coisa nos meus papéis que eu não entenda, e eu posso procurar a Adusp para ter orientação”.

“Leio tudinho”

A professora Helga Maria Mazzarolo Cruz, que lecionou na Faculdade de Medicina de 1971 a 2000, não viu motivo para se desfiliar quando se aposentou. “Eu não podia tirar minha filiação. Estou aí há tantos anos e não tem por que me desfiliar, só por causa de um pouco de dinheiro com que eu contribuo. Além disso, quero continuar recebendo os materiais. Eu gosto de receber os materiais da Adusp, gosto do jornal, leio tudinho. É importante se manter informado sobre o que



Professora Beatriz Fétizon

acontece na universidade”, conta a professora.

Helga também avalia que algumas das lutas da entidade estão relacionadas aos aposentados. Espera, assim, que “qualquer reajuste que a Adusp consiga seja extensivo também a aposentados”.

Quem se lembra de 68?

Em maio de 1968 muitos de nós éramos docentes ou estudantes da USP e outros tantos frequentavam o colégio ou o ginásio. Esses devem ter algum registro de memória de onde estavam e o que faziam durante os



Invasão da Filosofia em 68

inúmeros acontecimentos que marcaram a história de nossa universidade, do país e do mundo.

Assim, em função da realização do V Congresso da USP, decidimos marcar os 40 anos de maio de 1968 ocupando, de alguma forma criativa, a suspensão

das aulas na graduação e na pós-graduação.

A Adusp constituiu uma pequena comissão de docentes, aberta a outros interessados, que na sua primeira reunião levantou a possibilidade de realização de conferências e debates sobre diferentes temas: maio

de 1968 no Brasil e no mundo; as paritárias da FFLCH-USP e a reforma dos estatutos da USP; a situação política do país e o AI-5; entre outros. Pensou-se também na exibição de filmes alusivos àquele ano incluindo documentários históricos; exibição de pôsteres, fotografia, cartazes e outros documentos que registraram aqueles acontecimentos.

A comissão convida os colegas a enviarem sugestões, cópias de documentos e também manifestações sobre a iniciativa para secretaria@adusp.org.br.

Mais recursos para C&T

A insuficiência dos recursos destinados à ciência e tecnologia (C&T) no país tem sido evidenciada cada vez mais e provocado manifestações de preocupação.

Nas últimas décadas, dois fatos marcantes ocorreram: de um lado, houve uma estagnação dos recursos investidos em C&T no país; de outro lado, o aumento do número de doutores, em cerca de 9 mil a cada ano nos últimos anos, provocou um aumento na demanda por recursos. Assim, a atual situação era previsível e, mantidas as atuais políticas, a situação tenderá a se agravar ainda mais.

Os recursos destinados à C&T têm como base, em especial, as arrecadações de impostos. Embora os orçamentos públicos disponíveis (o que os governos efetivamente dispõem para gastar depois de roladas as dívidas dos municípios, Estados e União) tenham apresentado um cer-

to crescimento nas últimas décadas, indo de um patamar de cerca de 25% de PIB por volta de 1990 para cerca de 30% do PIB atualmente, a maior parte do aumento veio de contribuições sociais e, portanto, com destinação definida, sendo as arrecadações de impostos pouco alteradas. Como a variação do PIB foi muito pequena no mesmo período, os recursos destinados à C&T também apresentaram pouca variação, e nem sempre para mais.

Um exemplo familiar é o da Fapesp, cujo orçamento executado caiu, a valores de janeiro de 2008, de cerca de R\$ 700 milhões em 1996 para cerca de R\$ 650 milhões orçados para 2008 (note-se que esses valores são inferiores a 0,1% do PIB paulista.)

Estagnação

No nível federal ocorre a mesma situação de carência de recursos. Por exemplo, a valores de janeiro de 2008,

o CNPq investiu, em 2000, cerca de R\$ 800 milhões em bolsas; em 2006 esse gasto estava próximo de R\$ 700 milhões (cerca de 0,03% do PIB brasileiro).

Essas situações descritas são, certamente, parciais. Uma análise mais ampla dos diferentes recursos apresenta em alguns casos pequenos aumentos ou reduções; entretanto, a tendência é de uma estagnação.

Essa situação ocorreu em um período em que o número de doutores em atuação no país aumentou em cerca de 8% ao ano. Combinando esse crescimento com as informações orçamentárias, podemos concluir que os recursos disponíveis por doutor em atividade foram reduzidos para cerca da terça parte em um período inferior a duas décadas.

Claro que essa redução de recursos por pesquisador foi gradativa. No início, as agências de fomen-

to começaram a endurecer os critérios; posteriormente, passaram a cortar financiamento de projetos que, embora aprovados no mérito, não obtinham a “prioridade necessária”; neste estágio, os pesquisadores mais jovens eram os mais atingidos. Atualmente, projetos meritórios, prioritários, apresentados por pesquisadores maduros e experientes e alocados em instituições que apresentam plenas condições de executá-los também passaram a ser cortados.

Essa falta de recursos, associada ao aumento do ensino superior em instituições privadas, onde a pesquisa é praticamente inexistente, terá como consequência a estagnação do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiros.

Assim, é urgente intensificar as ações, visando a alteração das políticas nacionais e estaduais de fomento à ciência e à tecnologia.

Eleições CR-Adusp e Andes-SN em 13 e 14 de maio

Em maio haverá eleições para diretoria do Andes-SN e para o Conselho de Representantes da Adusp.

A chapa (única) para a nova diretoria do Andes-SN é encabeçada pelo professor **Ciro T. Correia**, do Instituto de Geociências/USP. Também é candidata, como segunda vice-presidente da regional São Paulo, a professora **Lighia Horodinsky-Matshigue**, da Física/USP.

Quanto ao Conselho de Representantes, o prazo para inscrição de candidatos das unidades, indicadas no edital abaixo, encerra-se em 12 de maio.

Gatilho

Na última quarta-feira, 2 de abril, representantes da Reitoria e da Adusp se reuniram para continuar a discussão sobre a lista de beneficiários da ação do gatilho. A Reitoria informou que não preparou as listas previstas e também não respondeu a solicitação de esclarecimentos da Adusp porque teve problemas técnicos.

Colaborando para que a sentença seja executada o mais rapidamente possível, a Adusp enviou à Reitoria, em 3 de abril, uma lista com cerca de 400 nomes que constavam da petição inicial, cuja situação funcional tem detalhes a serem esclareci-

dos. Também enviamos outras 3 listas: 1) lista de pesquisadores de museus que entregaram material comprovando atividade docente no período; 2) lista de docentes que nos procuraram e não estavam na inicial; 3) lista de docentes com ações similares (litispendência). A Reitoria se comprometeu a responder em cerca de 20 dias as solicitações feitas, de modo que poderemos obter numa próxima reunião a lista de beneficiários e os desacordos.

É importante ressaltar que para aproximadamente 4400 nomes da inicial, a Adusp tem concordância, seja com sua exclu-

são por não atender os critérios da sentença, seja porque já estão listados pela Reitoria como beneficiários. Além disso, os erros materiais enviados à Reitoria em 2006 foram equacionados. Vamos aguardar a resposta da Reitoria para que, via internet, os colegas possam fazer uma verificação adicional com correção de eventuais enganos.

Reafirmamos que é necessário que a Reitoria aloque recursos técnicos e humanos para responder, com a prioridade e a urgência que o caso requer, as demandas oriundas das reuniões realizadas com a Adusp.

Edital de convocação para eleição do Conselho Representante

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 13 e 14 de maio de 2008, das 9h00 às 21h00 para todas as unidades relacionadas abaixo. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição dos candidatos do CR se encerra no dia 12 de maio de 2008, às 18h00.

São Paulo, 4 de abril de 2008

Prof. Marco Brinati

Presidente da Adusp-S.Sind. em exercício

Unidades que deverão eleger representantes:

Centro de Biologia Marinha · Centro de Energia Nuclear na Agricultura · Escola de Artes, Ciências e Humanidades · Escola de Comunicações e Artes de Ribeirão Preto · Escola de Educação Física e Esportes · Escola de Educação Física e Esportes de Ribeirão Preto · Escola de Enfermagem · Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto · Escola de Engenharia de Lorena · Escola Politécnica · Faculdade de Arquitetura e Urbanismo · Faculdade de Ciências Farmacêuticas · Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto · Faculdade de Direito · Faculdade de Direito de Ribeirão Preto · Faculdade de Economia Adm. e Contabilidade de Ribeirão Preto · Faculdade de Economia e Administração · Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas · Faculdade de Medicina · Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia · Faculdade de Odontologia · Faculdade de Odontologia de Bauru · Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto · Faculdade de Saúde Pública · Instituto Astronômico e Geofísico · Instituto de Biociências · Instituto de Ciências Biomédicas · Instituto de Ciências Matemáticas e Computação · Instituto de Eletrotécnica e Energia · Instituto de Estudos Avançados · Instituto de Estudos Brasileiros · Instituto de Física · Instituto de Geociências · Instituto de Matemática e Estatística · Instituto de Química · Instituto Oceanográfico · Museu de Arqueologia e Etnologia · Museu de Arte Contemporânea · Museu de Zoologia · Museu Paulista